Os novos cenários do açúcar e do álcool

Finalmente o setor sucroalcooleiro começa a caminhar com suas próprias pernas, sem a capa protecionista do governo. O açúcar há muito já tem seu preço determinado pelo mercado e, a partir do mês de maio passado, o álcool anidro teve seu preço liberado. Já quanto ao álcool hidratado combustível, a prática de liberdade de preço está prevista para entrar em cena em maio do próximo ano. Em vista dessas decisões, como se comportaram os produtores e quais serão as diretrizes determinantes para o futuro, no que se refere ao enquadramento do setor nesse novo cenário mercantilista?

Reflexos setoriais

Cana-de-açúcar — Os reflexos mais fortes no caso desta cultura dizem respeito aos fornecedores que reagem contra a liberdade de preço da cana — principalmente aqueles que têm seus preços atualmente subsidiados —, clamando por mecanismos protetores.

Os produtores, ultimamente, já não se sentem atraídos pelo cultivo da cana-de-açúcar, tendo as usinas de açúcar, em sua quase-totalidade, dominado o plantio, seja arrendando as terras dos fornecedores, seja trabalhando no sistema de parceria.

Os efeitos dessa mudança no perfil da produção se refletem na participação dos fornecedores, no total das canas moídas, que outrora variava entre 40 e 60% e hoje oscila apenas entre 20 e 25% no máximo.

Açúcar e álcool — Apesar de alguma resistência, os produtores de açúcar já se adaptam ao sistema de preços liberados, competindo por fatias do mercado interno, buscando a necessária redução dos custos e o aprimoramento do produto final, de forma a assegurar e/ou expandir sua participação. Os contratos da Bolsa de Mercadorias e Futuros vêm sendo ampliados, demonstrando o enquadramento do setor ao sistema.

Na área internacional, o aspecto mais importante, tendo em vista que os preços atuais encontram-se um pouco abaixo do esperado — cerca de 10,9 centavos de dólar por libra-peso —, é o aumento da cota de importação de açúcar pelo mercado dos EUA. Segundo representantes do governo norte-americano, não se trata de concessão, mas de uma forma de compensar a queda da produção do país. O incremento em relação a 1996 foi de 11%, passando de 264.727t exportadas no ano passado a 294.169 em 1997. Cabe lembrar que a participação do açúcar brasileiro na pauta de exportações dos EUA é de 14%, a segunda maior cota da pauta.

Com a queda do Proálcool e a atração representada pelos preços internacionais dos açúcares de exportação, diversas destilarias autônomas passaram a ser produtoras desta commodity, sem no entanto afetar o volume de produção do álcool, haja vista que o governo interferiu no setor, criando um mecanismo de controle que condiciona a produção do açúcar ao cumprimento das necessidades internas do mercado de álcool. O mesmo ocorreu com as unidades mistas — usinas com destilarias anexas.

Sem dúvida, a liberalização dos preços foi positiva para os produtores de açúcar e certamente o será para os fabricantes de álcool. Hoje, as destilarias já negociam o álcool anidro, para mistura à gasolina, diretamente com as distribuidoras, fechando contratos de entrega e negociando preço e formas de pagamento. Essa transição está sendo regulamentada e, em breve, será publicada uma Portaria interdepartamental — DNC/DEAA — definindo as regras desse processo de transição.

Quanto ao álcool hidratado, com processo de liberação de preço marcado para 1998, existem duas correntes opostas em relação à produção deste combustível alternativo. Uma determina que a produção seja proporcional apenas ao atendimento da frota atual, esperando o seu sucateamento natural, cuja fase final está prevista para o início do próximo século. A outra preconiza o incentivo da produção do etanol combustível, esperando-se a adesão das montadoras de veículos, principalmente na produção do carro popular movido a álcool hidratado, e o incremento da frota verde no país.

Ainda em plano de governo, não há uma posição definida quanto ao futuro do álcool hidratado, estudando-se situações em conjunto com técnicos, produtores e montadoras de veículos, de forma a determinar políticas sobre o assunto.

Escolhida a primeira hipótese, enfatiza-se a produção do álcool anidro para a mistura carburante, visando a atender o mercado externo — que parece promissor com o advento do Mercosul e da Alca —, além do aceno de crescimento da demanda em função das medidas tomadas por vários países no sentido do controle da poluição e melhoria do meio ambiente nas grandes cidades.

A nova legislação

O setor sucroalcooleiro teve seu plano da safra 1997/98 publicado nos últimos dias de abril passado — Portaria MICT nº 46 de 29 de abril de 1997 —,

Álcool e açúcar — volumes autorizados para a safra 1997/98

Regiões	Álcool (m^3)					Açúcar (TM)		
	Combustível		Outros Fins		Total	Mercado Interno	Excedente	Total
	Anidro	Hidratado	Anidro	Hidratado				
Região Centro-Sul	5.070.509	7.945.032	135.160	884.283	14.034.984	6.555.057	3.678.000	10.233.057
Região Norte-Nord.	1.222.489	1.475.129	–	1.000	2.698.618	1.541.872	1.707.541	3.249.413
Total Brasil	6.292.998	9.420.161	135.160	885.283	16.733.602	8.096.929	5.385.541	13.482.470

tendo como pontos principais "a autorização para produzir-se álcool acima dos volumes estabelecidos pela Portaria, desde que a destinação seja exclusiva para fins combustíveis" (art. 6º) e "a autorização para que as usinas e destilarias autônomas possam produzir volumes adicionais de açúcar e álcool para os mercados interno e externo, após realizada a respectiva produção das cotas individuais desses produtos, observado, ainda, o contexto geral da produção e a demanda interna" (art. 7º).

Comparadas com as do Plano de Safra 1996/97, as produções autorizadas revelam, para o total de álcool, um crescimento de 20%; para o total de açúcar, a previsão é quase idêntica à anterior, apenas 1,4% inferior.

Houve ainda uma elevação nos preços da cana-de-açúcar e do álcool, anidro e hidratado, correspondente a 8,85%, conforme a Portaria Minifaz nº 110 de 20 de maio de 1997. Para o estado de Mato Grosso do Sul, destaca-se uma suplementação de preços, acima do percentual definido, igual a 12,9% para a cana-de-açúcar e a 8,25% para o álcool, como forma de compensar o diferencial de custos de produção da cana naquele estado.

Vale lembrar que Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e estados da região Norte-Nordeste já desfrutam desta forma de subsídio, cujos percentuais variam de 2 a 30% no caso da cana-de-açúcar.

JOAQUIM ANDRÉ VILLANOVA
CONTRATO FGV-IBRE/MICT-DEAA

INDICADOR DO MILHO — FGV-BM&F

Proteção contra o risco de preço

A cada ano que passa, a safrinha vem aumentando sua área plantada, bem como sua participação percentual no total da produção. No primeiro trimestre do ano, havia um certo otimismo com relação ao desempenho do milho da safrinha. Contudo, o mercado não contava com as irregularidades das chuvas no Sul, comprometendo a qualidade dos grãos e implicando uma diminuição no rendimento físico. Uma boa alternativa para se proteger contra o risco de preço no início da colheita da safrinha é fazer um hedge *no mercado futuro.*

Já se sabe que, com a estiagem no Sul, a oferta da safrinha será inferior ao inicialmente esperado, provavelmente implicando aumento de preço no período em questão. No entanto, a demanda mantém ritmo discreto de evolução, além de o escoamento do produto da primeira safra estar-se dando de forma tranqüila. Não é por outra razão que alguns produtores ainda buscam escoamento para sua colheita da safra de verão. Existe uma expectativa, por parte de alguns analistas de mercado, de que o milho chegue a R$7,30-R$7,50 no mês de agosto.